

TEP Termoelétrica Potiguar S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.067	741	5.761	11.339	Fornecedores	15	2	17	11.906	7.553
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	6.034	4.892	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	40.469	33.812
Contas a receber	7	-	-	43.398	31.515	Obrigações sociais e trabalhistas		118	121	1.111	1.302
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	55.436	53.294	Obrigações tributárias		605	579	7.311	5.593
Adiantamentos a fornecedores		-	14	1.334	110	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	8.134	7.401	14.218	11.042
Impostos a recuperar	8	55	376	5.474	6.917	Outras contas a pagar		-	-	564	606
Estoques		-	-	11.547	26.356	Total dos passivos circulantes		<u>8.859</u>	<u>8.118</u>	<u>75.579</u>	<u>59.908</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio		12.534	8.496	-	-						
Outras contas a receber	11	455	458	9.424	9.162	NÃO CIRCULANTES					
Total dos ativos circulantes		<u>14.111</u>	<u>10.085</u>	<u>138.408</u>	<u>143.585</u>	Fornecedores	15	-	-	55	55
						Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	143.189	109.537
NÃO CIRCULANTES						Partes relacionadas	10	-	14.486	-	14.486
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	-	5.671	Impostos diferidos	17	-	-	24.068	27.644
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	164.833	201.614	Outras contas a pagar		-	-	1.500	1.436
Estoques		-	-	9.967	-	Total dos passivos não circulantes		<u>-</u>	<u>14.486</u>	<u>168.812</u>	<u>153.158</u>
Impostos a recuperar	8	-	-	2.038	2.909						
Depósitos judiciais		492	492	817	1.318	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Partes relacionadas	10	32.918	32.610	32.918	32.610	Capital social		106.000	100.000	106.000	100.000
Outras contas a receber	11	871	1.325	1.790	2.764	Reservas de lucros		<u>129.032</u>	<u>113.129</u>	<u>129.001</u>	<u>112.499</u>
Investimentos	12	193.344	188.870	-	-	Total do patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	19	235.032	213.129	235.001	212.499
Imobilizado	13	-	-	237.511	141.720	Participação de acionistas não controladores		-	-	111.061	108.995
Intangível	14	2.155	2.351	2.171	2.369	Total do patrimônio líquido	19	235.032	213.129	346.062	321.494
Total dos ativos não circulantes		<u>229.780</u>	<u>225.648</u>	<u>452.045</u>	<u>390.975</u>						
TOTAL DOS ATIVOS		<u>243.891</u>	<u>235.733</u>	<u>590.453</u>	<u>534.560</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>243.891</u>	<u>235.733</u>	<u>590.453</u>	<u>534.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	93.541	97.910
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	22	-	-	(59.999)	(41.972)
LUCRO BRUTO		-	-	33.542	55.938
Resultado de equivalência patrimonial	22	31.490	33.638	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(984)	(983)	(9.841)	(9.905)
Honorários dos Administradores	22	-	-	(1.571)	(1.648)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	-	-	5.700	224
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		30.506	32.655	27.830	44.609
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	6.019	2.092	38.263	30.384
Despesas financeiras	23	(333)	(3.070)	(8.952)	(18.367)
Variação cambial líquida	23	-	-	(920)	(152)
Total		5.686	(978)	28.391	11.865
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		36.192	31.677	56.221	56.474
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(1.946)	(516)	(14.638)	(14.940)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	2.823	784
Incentivo fiscal do imposto de renda	20	-	-	6.375	7.745
Total		(1.946)	(516)	(5.440)	(6.411)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		34.246	31.161	50.781	50.063
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		3,042	2,768		
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				34.246	31.161
Acionistas não controladores				16.535	18.902
				50.781	50.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	34.246	31.161	50.781	50.063
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>34.246</u>	<u>31.161</u>	<u>50.781</u>	<u>50.063</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			34.246	31.161
Acionistas não controladores			<u>16.535</u>	<u>18.902</u>
			<u>50.781</u>	<u>50.063</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Lucro acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Conciliação (Nota explicativa nº 4)	Participação de acionistas não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos propostos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		36.591	6.544	125.686	9.426	-	178.247	(1.231)	107.722	284.738
Estorno dos dividendos adicionais (R\$0,99 por ação)	19	-	-	11.122	-	-	11.122	-	-	11.122
Aumento de capital	19	63.409	-	(63.409)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.161	31.161	601	18.301	50.063
Destinação do lucro:										
Reserva legal	19	-	1.558	-	-	(1.558)	-	-	-	-
Reserva de lucros retidos	19	-	-	22.202	-	(22.202)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$1,23 por ação)	19	-	-	-	-	(7.401)	(7.401)	-	(6.478)	(13.879)
Dividendos adicionais (R\$0,69 por lote de mil ações)	19	-	-	-	-	-	-	-	(7.748)	(7.748)
Juros sobre capital próprio (R\$0,25 por lote de mil ações)	19	-	-	-	-	-	-	-	(2.802)	(2.802)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		100.000	8.102	95.601	9.426	-	213.129	(630)	108.995	321.494
Aumento de capital	19	6.000	-	-	(6.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	34.246	34.246	599	15.936	50.781
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva legal	19	-	1.712	-	-	(1.712)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro retido	19	-	-	24.400	-	(24.400)	-	-	-	-
Dividendos adicionais (R\$1,21 por lote de mil ações)	19	-	-	(783)	(3.426)	-	(4.209)	-	(9.369)	(13.578)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,91 por ação)	19	-	-	-	-	(8.134)	(8.134)	-	(2.161)	(10.295)
Juros sobre capital próprio (R\$0,21 por lote de mil ações)	19	-	-	-	-	-	-	-	(2.340)	(2.340)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>106.000</u>	<u>9.814</u>	<u>119.218</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>235.032</u>	<u>(31)</u>	<u>111.061</u>	<u>346.062</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		34.246	31.161	50.781	50.063
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	196	196	11.132	11.128
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	13	-	-	-	4
Variação cambial líquida	23	-	-	920	152
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	16 e 23	-	-	7.355	13.434
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	430	1.143
Rendimento de depósitos bancários vinculados	23	-	-	(536)	(962)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	23	-	-	(12.149)	(3.653)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	(2.823)	(784)
Encargos sobre mútuos	10	(6.322)	525	(6.322)	525
Juros e multas a faturar		-	-	-	(1.296)
Reversão do ajuste a valor presente	23	-	-	(18.654)	(21.153)
Resultado da equivalência patrimonial	12 e 22	(31.490)	(33.638)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		454	454	(11.429)	18.698
Arrendamento mercantil a receber		-	-	65.442	54.736
Adiantamentos a fornecedores		14	(14)	14	(14)
Estoques		-	-	4.842	(7.426)
Impostos a recuperar		321	570	17.115	4.617
Outras contas a receber		3	1	(479)	(2.280)
Depósitos judiciais		-	-	-	28
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(15)	7	3.433	888
Impostos a recolher		26	369	(1.204)	9.502
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.498)	(3.824)
Obrigações sociais e trabalhistas		(3)	34	(191)	322
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	(7.601)	(6.337)
Outras contas a pagar		-	-	22	481
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(2.570)</u>	<u>(335)</u>	<u>95.600</u>	<u>117.992</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	13	-	-	(106.724)	(147)
Depósitos bancários vinculados		-	-	5.065	7.478
Dividendos recebidos		31.461	45.876	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>31.461</u>	<u>45.876</u>	<u>(101.659)</u>	<u>7.331</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	-	-	(123.173)	(95.584)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	165.000	43.500
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	(1.702)	(501)
Dividendos pagos	19	(11.610)	(11.122)	(22.689)	(32.771)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		<u>(16.955)</u>	<u>(34.082)</u>	<u>(16.955)</u>	<u>(34.082)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(28.565)</u>	<u>(45.204)</u>	<u>481</u>	<u>(119.438)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>326</u>	<u>337</u>	<u>(5.578)</u>	<u>5.885</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	741	404	11.339	5.454
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	1.067	741	5.761	11.339
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>326</u>	<u>337</u>	<u>(5.578)</u>	<u>5.885</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (“Companhia” ou “TEP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 04.853.028/0001-22, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 10 de janeiro de 2002, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional.

A TEP possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2020:

- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP e pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), com sede em Manaus - Amazonas. A CEM é uma unidade termoeletrica (“UTE”) com 85.380 kW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 kW), nos termos Resolução Autorizativa ANEEL nº 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.

Toda a energia firme gerada é integralmente transferida para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas GT”), anteriormente denominada como Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (“AME”), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S.A. em 20 de maio de 2005, com vigência de 20 anos. Findo este prazo a usina será revertida ao patrimônio da “Amazonas GT” sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina e a produção de energia elétrica é integralmente transferida à Amazonas GT. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato.

- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no Rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010.
- Areia Energia S.A. (“ARE”), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no Rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL nº 838, de 24 de fevereiro de 2011.

As vigências das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia Energia são de 8 de novembro de 2033 e 21 de janeiro de 2034, respectivamente, podendo ser prorrogadas, a pedido do PIE e a critério da ANEEL. No fim destes prazos, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

As PCHs possuem contrato no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, que tem como objeto a venda da energia contratada às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, sendo a vigência até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e vigência até 30 de outubro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, às quais se submetem as partes.

Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). As Controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de Riscos Hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As Controladas aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico ("SP100") ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia.

Devido ao fato de que as Controladas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do "Generation Scaling Factor - GSF" de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as Controladas contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE na data base de 31 de dezembro de 2020 é de R\$902 (R\$1.798 em 2019) para a ARE e R\$410 (2019, R\$1.047) para a AGL. As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. As controladas acompanham tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2020, foram reconhecidos nos resultados das Controladas os montantes de R\$999 (R\$853, 2019) para a ARE e R\$1.336 (R\$218 em 2019) para a AGL, referentes ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2015 e à provisão do custo do MRE de 2019 e 2018 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e normas da ANEEL, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas estão também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas possuem diferenças de práticas contábeis, demonstradas na nota explicativa nº 4.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 30 de março de 2021, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensação e intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas coligadas. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Arrendamento mercantil a receber

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Amazonas GT e, no fim do contrato, estes bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Amazonas GT, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 14.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para a controlada CEM, tributada com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A controlada CEM goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (SUDAM) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. A Companhia efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para este fim.

Nos exercícios de 2019 e 2020, as controladas AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Para as controladas AGL e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi por meio da venda do prejuízo fiscal e base negativa para parte relacionada Companhia Energética Potiguar.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as Controladas e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As Controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estão atuando como agente ou principal e concluíram que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia das controladas ARE e AGL são reconhecidas no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos nos contratos de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa na sua realização.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro, em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidores.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1. Impactos COVID-19

O impacto da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia.
- Em relação à receita, não houve impactos negativos nas operações atuais e não há previsão de impacto relevante no futuro.
- A Administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a Companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico.
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios, apenas os impostos foram postergados em razão das Portarias 139, 150 e 245 do Ministério da Economia e dos Decretos 10.305, 10.414 e 10.504 de 2020.
- Durante as operações após declarada a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de máscara e protetores faciais para os colaboradores.
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores.
- Ações sociais de apoio no combate à Covid-19 nas cidades das Usinas com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de Covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais das Usinas.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação	
	2020	2019
	Direta	Direta
<i>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</i>		
Água Limpa Energia S.A.	70%	70%
Areia Energia S.A.	70%	70%
<i>Termoelétricas (UTE)</i>		
Companhia Energética Manauara	60%	60%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2020	2019	2020	2019
Controladora	235.032	213.129	34.246	31.161
Baixas do diferido das controladas	(31)	(630)	-	-
Amortização do ativo diferido	-	-	599	601
Acionistas controladores	235.001	212.499	34.845	31.762
Acionistas não controladores	111.061	108.995	15.936	18.301
Consolidado	346.062	321.494	50.781	50.063

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	-	-	8	14
Aplicações financeiras de alta liquidez	1.067	741	5.753	11.325
Total	1.067	741	5.761	11.339

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa correspondem a operações em Certificado de Depósito Bancário - CDB com vencimento inferior a 90 dias da data de aplicação realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente variação de 84,62% a 100% e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (93% e 97% em 2019).

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2020	2019
Banco da Amazônia S.A. - BASA (a)	-	10.563
Banco do Brasil S.A. (b)	6.034	-
Total	<u>6.034</u>	<u>10.563</u>
Circulante	6.034	4.892
Não circulante	-	5.671
Total	<u>6.034</u>	<u>10.563</u>

(a) Referiam-se a aplicações financeiras de curto e longo prazo, vinculadas ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com o Banco da Amazônia S.A., conforme a nota explicativa nº 16, lastreadas em CDB remunerados às taxas que variavam entre 89% a 91% do CDI em 2020 (97% e 111,27% do CDI em 2019). O recurso foi utilizado para quitação do empréstimo em 6 de outubro de 2020.

(b) A aplicação financeira de curto prazo com o Banco do Brasil, conforme a nota explicativa nº 16, lastreadas em CDB remunerados a taxa fixa de 2,63% a.a.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2020	2019
Valores a vencer	43.398	31.515

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica à Eletrobras e a Amazonas GT, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

As Controladas, consubstanciadas na análise do seu contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização destes recebíveis, nem constituíram perda estimada em créditos de liquidação duvidosa.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ	55	2	1.723	3.157
IRRF	-	373	182	1.067
CSLL	-	1	404	859
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	127	47
PIS sobre faturamento	-	-	671	698
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	583	215
COFINS sobre faturamento	-	-	3.096	3.168
ICMS a recuperar	-	-	-	1
Outros	-	-	726	614
Total	<u>55</u>	<u>376</u>	<u>7.512</u>	<u>9.826</u>
Circulante	55	376	5.474	6.917
Não circulante	-	-	2.038	2.909
Total	<u>55</u>	<u>376</u>	<u>7.512</u>	<u>9.826</u>

9. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	2020	2019
Ano de vencimento		
2020	-	53.294
2021	55.436	55.436
2022	57.677	57.677
2023	60.010	57.677
2024 e 2025	89.229	91.561
Subtotal	<u>262.352</u>	<u>315.645</u>
Ajuste ao valor presente	(42.083)	(60.737)
Total	<u><u>220.269</u></u>	<u><u>254.908</u></u>
Circulante	55.436	53.294
Não circulante	164.833	201.614
Total	<u><u>220.269</u></u>	<u><u>254.908</u></u>

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2018	284.838
Reversão de ajuste a valor presente	21.153
Baixa por realização	<u>(51.083)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	254.908
Reversão de ajuste a valor presente	18.654
Baixa por realização	<u>(53.293)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u><u>220.269</u></u>

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

		Controladora				
Ref.	Encargos incidentes	2020		2019		
		Ativo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>						
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(a) IGPM	32.918	6.619	32.610	-	2.544
Companhia Energética Potiguar	3,6%a.a.+CDI	-	(297)	-	14.486	(3.069)
Total		<u>32.918</u>	<u>6.322</u>	<u>32.610</u>	<u>14.486</u>	<u>(525)</u>
<u>Outras contas a receber</u>						
Companhia Energética Potiguar	(b) sem encargos	1.325	-	1.779	-	-
Total		<u>1.325</u>	<u>-</u>	<u>1.779</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>Consolidado</u>				
Ref.	Encargos incidentes	2020		2019		
		Ativo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>						
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(a) IGPM	32.918	6.619	32.610	-	2.544
Companhia Energética Potiguar	3,6%a.a.+CDI	-	(297)	-	14.486	(3.069)
Total		<u>32.918</u>	<u>6.322</u>	<u>32.610</u>	<u>14.486</u>	<u>(525)</u>
<u>Outras contas a receber</u>						
Companhia Energética Potiguar	(b) sem encargos	2.723	-	3.657	-	-
Total		<u>2.723</u>	<u>-</u>	<u>3.657</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Valores aportados nas controladas AGL e ARE de acordo com “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia.
- (b) Outras contas a receber em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar (“CEP”), da Controladora e suas controladas Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A., em 71 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2018.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração das Controladas são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Durante o exercício de 2020 foram pagos R\$373 (AGL), R\$478 (ARE) e R\$720 (CEM), (R\$348 (AGL), R\$348 (ARE) e R\$952 (CEM) em 2019) referentes à remuneração da Administração e R\$12 referente à benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme informado na nota explicativa nº 15 a Controlada CEM possui, em 31 de dezembro de 2020, saldos a pagar para a Petrobras Distribuidora S.A. no montante de R\$2.725 (R\$2.353 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Controlada CEM transacionou, por meio de compra de combustíveis com a Petrobras Distribuidora S.A., o montante de R\$29.903 (R\$25.575, em 2019). Tais valores são reembolsados pela CCC_ISOL por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, tendo em vista que não é de responsabilidade da CEM o combustível utilizado na geração de energia da usina.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Controlada CEM possuía de adiantamento ao fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. um montante de R\$1.334 (R\$1.362 em 31 de dezembro de 2019).

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	-	-	5.761	4.891
Adiantamento a funcionários	1	4	3	4
Despesas antecipadas	-	-	2.427	642
Créditos tributários PERT (b)	1.325	1.779	2.723	3.657
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (c)	-	-	261	2.650
Outras contas a receber	-	-	39	82
Total	1.326	1.783	11.214	11.926
Circulante	455	458	9.424	9.162
Não circulante	871	1.325	1.790	2.764
Total	1.326	1.783	11.214	11.926

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobras diretamente ao fornecedor e reembolsado pela CCC-ISOL e o gás natural é entregue a Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas Energia, não sendo um custo do processo.

A controlada CEM efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletrobras junto ao fornecedor.

- (b) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária.
- (c) Mecanismo de Relocação de Energia - MRE, corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2019 a Companhia teve excesso de geração registrando uma receita de MRE. Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IPCA.

12. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	2020					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética Manauara	27.000	60%	50.000	197.393	(16.051)	17.090
Água Limpa Energia S.A.	28.902	70%	41.288	55.913	(13.642)	17.154
Areia Energia S.A.	27.968	70%	39.954	51.098	(11.194)	13.182

	2019					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética Manauara	27.000	60%	50.000	196.354	(28.513)	27.192
Água Limpa Energia S.A.	28.902	70%	41.288	52.401	(10.540)	13.430
Areia Energia S.A.	27.968	70%	39.954	49.110	(8.202)	11.317

Movimentação dos investimentos em controladas

	Controladas			
	ALI	ARE	CEM	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	34.658	32.196	118.605	185.459
Resultado de equivalência patrimonial	9.401	7.922	16.315	33.638
Dividendos recebidos	(7.378)	(5.741)	(17.108)	(30.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	36.681	34.377	117.812	188.870
Resultado de equivalência patrimonial	12.008	9.228	10.254	31.490
Dividendos recebidos	(9.549)	(7.837)	(9.630)	(27.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	39.140	35.768	118.436	193.344

13. IMOBILIZADO

Consolidado

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantament o a fornecedor	Imobilizado em curso	Veículos	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%		-	-	
<u>Custo corrigido</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.313	41.897	296	96.809	97.227	272	-	-	65	237.879
Adições	-	20	38	14	-	62	-	13	-	147
Baixa	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
Transferências	-	-	(9)	8	-	1	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.313	41.917	325	96.831	97.227	331	-	13	65	238.022
Adições	-	9	35	109	-	88	106.483	-	-	106.724
Transferências	-	-	-	13	-	-	-	(13)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.313	41.926	360	96.953	97.227	419	106.483	-	65	344.746
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(485)	(14.672)	(245)	(34.245)	(35.579)	(131)	-	-	(14)	(85.371)
Adições	(57)	(1.901)	(23)	(4.650)	(4.245)	(42)	-	-	(13)	(10.931)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(542)	(16.573)	(268)	(38.895)	(39.824)	(173)	-	-	(27)	(96.302)
Adições	(56)	(1.901)	(13)	(4.650)	(4.246)	(54)	-	-	(13)	(10.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(598)	(18.474)	(281)	(43.545)	(44.070)	(227)	-	-	(40)	(107.235)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020	715	23.452	79	53.408	53.157	192	106.483	-	25	237.511
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2019	771	25.344	57	57.936	57.403	158	-	13	38	141.720

(*) As controladas AGL e ARE realizam o cálculo da depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2020. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

14. INTANGÍVEL

	anuais de amortização	2020		2019
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<u>Controladora</u>				
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(1.945)	2.155
<u>Consolidado</u>				
Direito de uso de software	20%	41	(39)	2
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	(12)	14
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(1.945)	2.155
Total		<u>4.167</u>	<u>(1.996)</u>	<u>2.171</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.547	2.566
Amortização	(196)	(197)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.351</u>	<u>2.369</u>
Amortização	(196)	(198)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.155</u>	<u>2.171</u>

15. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Amazonas Geração e Transmissão	-	-	-	1.000
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	-	-	3.345	2.235
Engenharia São Patrício	-	-	85	82
Gera Geradora de Energia do Amazonas	-	-	61	391
Tokio Marine Brasil Seguradora	-	-	793	-
Petrobras Distribuidora S.A.	-	-	2.725	2.353
Wartsila (Brasil e Filândia)	-	-	4.378	1.141
Outros fornecedores	2	17	574	406
Total	<u>2</u>	<u>17</u>	<u>11.961</u>	<u>7.608</u>
Circulante	2	17	11.906	7.553
Não circulante	-	-	55	55
Total	<u>2</u>	<u>17</u>	<u>11.961</u>	<u>7.608</u>

- (a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030 (AGL) e 24/02/2031 (ARE).

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Consolidado				
			Encargos	Circulante	Não circulante	2020	2019
Banco Bradesco S.A. (a)	nov/21	CDI + 0,52% a.a.	21	19.938	-	19.959	41.768
(-) Custos de transação			-	(315)	-	(315)	(483)
Subtotal			21	19.623	-	19.644	41.285
FNO - Sustentavel (b)	nov/25	8,5% a.a.	-	-	-	-	6.006
FNO - Conversao do Gas (b)	nov/25	2,94% a.a.	-	-	-	-	11.921
Debentures - FDA (c)	jul/27	TJLP + 1,65%	-	-	-	-	84.137
Subtotal			-	-	-	-	102.064
Banco do Brasil - CCB (d)	out/23	CDI + 2,33% a.a.	576	20.816	144.184	165.576	-
(-) Custos de transação			-	(567)	(995)	(1.562)	-
Subtotal			576	20.249	143.189	164.014	-
Total			597	39.872	143.189	183.658	143.349
Circulante			597	39.872	-	40.469	33.812
Não circulante			-	-	143.189	143.189	109.537
Total			597	39.872	143.189	183.658	143.349

- (a) Refere-se à 19.500.000 (Areia) e 24.000.000 (Água) debêntures, emitidas na 1ª emissão de série única com o Banco do Bradesco S.A. no valor de R\$1,00 real cada, totalizando R\$19.500 (Areia) e R\$24.000 (Água), com vencimento em 15 de novembro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 0,52% ao ano.
- (b) FNO - Sustentável foi assinado em 31 de outubro de 2012 pela CEM com o Banco da Amazônia S.A. no montante de R\$10.133 para a viabilização da conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Tem incidência de juros fixos equivalentes a 2,94% ao ano e 15% de bônus de adimplência. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando-se em dezembro de 2015 e finalizando em novembro de 2025. O financiamento foi integralmente quitado em 6 de outubro de 2020.

FNO - Conversão do Gás foi assinado pela CEM em 8 de outubro de 2009 no montante de R\$44.214 para o financiamento e a compra de máquinas para a usina termoelétrica. Tem incidência de juros fixos equivalentes a 10% ao ano e 15% de bônus de adimplência. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando-se em maio de 2011 e finalizando em outubro de 2026. Foram realizadas amortizações antecipadas neste financiamento em 2018 no valor total de R\$12.344. O financiamento foi integralmente quitado em 6 de outubro de 2020.

- (c) Em 27 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária da CEM aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, por meio de contrato particular celebrado com o Banco da Amazônia S.A. e a SUDAM, com garantias reais descritos nesta nota explicativa, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incide o custo básico (variação acumulada da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP), acrescido de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% ao ano e de encargos, a título de “del credere”, à taxa efetiva de 0,15% ao ano, com amortizações semestrais iniciadas em julho de 2008, finalizando em julho de 2027. A emissão de debêntures foi integralmente quitada em 6 de outubro de 2020.
- (d) Na CEM a cédula de crédito bancária (CCB) foi assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000 para a viabilização da conversão do motor de óleo combustível para o gás natural e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais incidência de juros fixos de 2,33% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.782	168.912	187.694
Captação de empréstimos	21.750	21.750	43.500
Juros e variações monetárias provisionadas	13.434	-	13.434
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(6.337)	-	(6.337)
Aquisição dos custos de captação	(199)	(302)	(501)
Amortização dos custos de captação	1.143	-	1.143
Transferências	80.823	(80.823)	-
Pagamentos de principal	(95.584)	-	(95.584)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.812	109.537	143.349
Captação de empréstimos	165.000	-	165.000
Juros e variações monetárias provisionadas	7.355	-	7.355
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(7.601)	-	(7.601)
Aquisição dos custos de captação	(1.702)	-	(1.702)
Amortização dos custos de captação	430	-	430
Transferências	(33.652)	33.652	-
Pagamentos de principal	(123.173)	-	(123.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.469	143.189	183.658

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	-	31.788
2022	78.103	12.152
2023	65.086	12.835
2024	-	14.898
2025 em diante	-	37.864
Total	143.189	109.537

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado um contrato de Cessão Fiduciária de direitos creditórios e outras avenças (“contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito dos recebíveis dos contratos de compra e venda de Energia CT - Proinfa/PCH - MRE - 036/2004 e 037/2004.

Esses contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

<u>Cláusula restritiva - “covenant”</u>	<u>Índice requerido</u>
Relação de dívida líquida/Ebitda	Menor do que 2,5

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

Companhia Energética Manauara

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- a) Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações a Companhia transferiu fiduciariamente ao Banco do Brasil S.A. em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “pro-solvendo” e sob condição resolutiva, a totalidade dos direitos creditórios que forem depositados ou transitarem pela conta reserva.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

<u>Tipo do Financiamento</u>	<u>Garantias</u>
CCB	1 - Hipoteca do terreno e suas benfeitorias; 2 - Cessão fiduciária de direitos sobre créditos na conta reserva e dos direitos emergentes 3 - Penhor da totalidade dos recebíveis dos créditos; 4 - Alienação fiduciária dos bens em garantias; 5 - Seguros dos bens em garantias; 6 - Aval da TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de “performance” de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”, conforme apresentado a seguir:

<u>Cláusula restritiva - “covenant”</u>	<u>Requerimentos</u>	<u>Instituição</u>
Cédula de Crédito Bancária	Conta Reserva com recurso mínimo de R\$6.000 Relação de dívida financeira líquida/EBITDA inferior a 2,5	BB

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu todos os “covenants”.

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Consolidado	
	2020	2019
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Imposto de renda e contribuição social	(188)	931
PIS e COFINS diferidos	2.131	1.765
Impostos diferidos - efeito no resultado		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	22.781	25.616
Diferenças temporárias	(656)	(668)
Total	<u>24.068</u>	<u>27.644</u>

- (a) A Companhia apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, artigo 409; no Decreto-lei nº 1.598/77, artigo 10, § 3º; na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 21/79; e na Lei nº 9.718/98, artigo 7º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

18. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- a) As controladas ARE e AGL são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde estão localizadas as PCHs. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação dos imóveis, destinados às instalações das PCHs. Contudo, as controladas ARE e AGL já têm a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as controladas tinham depósitos judiciais relativos a estes processos no montante de R\$6 (Água) e R\$224 (Areia) (R\$224 em 31 de dezembro de 2019). Os assessores jurídicos da Companhia consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração da Companhia não constituiu nenhuma provisão para fazer face de eventuais perdas.
- b) A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Desde abril de 2017, em função da publicação da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016 e do Despacho ANEEL 1.146, de 25 de abril de 2017, a cobrança deste encargo voltou a ser aplicada apenas ao segmento de consumo.

Durante a vigência da regra estabelecida pela Resolução CNPE nº3/2013, a Companhia não percebeu o repasse destes custos pela Eletrobras, que se encontrava protegida por demanda judicial própria. A jurisprudência favorável da Ação Anulatória nº 0027834-41.2013.4.01.3400, proposta por Apine e Abragel, reforça a perspectiva de não pagamento deste encargo.

Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$55), sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

- c) Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a controlada CEM possuía duas causas de natureza tributária no montante de R\$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.
- d) Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Controladora TEP possuía uma causa de ação cautelar inominada com pedido de liminar, em desfavor da União, cujo objeto consiste no pedido de obtenção de certidão negativa de débito e consequente recolhimento de débitos tributários, no montante de depósito judicial de R\$492.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$106.000 (em 2019, R\$100.000) está representado por 11.259.420 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	9.007.536	80
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	2.251.884	20
Total	11.259.420	100

Em 17 de abril de 2020, a Controladora aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, um aumento do Capital Social da Companhia no montante de R\$6.000, utilizando da reversão de parte do saldo da conta de Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, sem emissão de novas ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia capitalizou o montante de R\$63.409 da reserva de lucro, regularizando o excesso de reservas de lucro. Esta capitalização foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, sem emissão de novas ações.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após esta destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir. Em 2020, houve constituição de R\$1.712 (Em 2019, R\$1.558).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou a conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$24.400 (R\$22.202, em 31 de dezembro de 2019) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$13.129, o qual foi destinado em assembleia geral em 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$23.032, o qual será destinado em assembleia geral em 2021.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2019, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$9.722 (R\$0,22 por lote de mil ações) de dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no final do exercício de 2018.

Em 11 de julho de 2019, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$3.765 de juros sobre capital próprio referente ao primeiro semestre de 2019 (31 de dezembro de 2018, R\$7.771 de juros sobre capital próprio), os quais foram totalmente pagos.

Em 21 de agosto de 2019, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$11.787 (R\$0,26 por lote de mil ações) de dividendos adicionais do exercício de 2019 aprovados pelo Conselho da Administração (31 de dezembro de 2018, R\$39.688 de dividendos), os quais foram totalmente pagos.

Em 18 de dezembro de 2019, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$3.239 de juros sobre capital próprio referente ao segundo semestre de 2019, os quais foram totalmente pagos.

Em 17 de abril de 2020, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio da Assembleia Geral Ordinária autorizou a distribuição de R\$10.201 (R\$0,23 por lote de mil ações) de dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no final do exercício de 2019, os quais foram totalmente pagos.

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$5.850 de juros sobre capital próprio referente ao resultado do exercício de 2020.

Em 21 de março de 2019, a controlada Areia Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$5.514 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2018, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram pagos R\$2.955.

Em 23 de março de 2020, a controlada Areia Energia S.A., aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$10.751, sendo R\$2.688 como dividendos mínimos obrigatórios de 2019 e R\$8.063 como dividendos adicionais (R\$0,20 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente pagos.

Em 21 de março de 2019, a controlada Água Limpa Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$7.350 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2018, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram pagos R\$3.650.

Em 23 de março de 2020, a controlada Água Limpa Energia S.A., aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$12.758, sendo R\$3.190 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$9.568 como dividendos adicionais (R\$0,31 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente pagos.

Em 24 de abril de 2019, a Controladora, por meio de reunião do Conselho de Administração, deliberou a reversão do saldo de R\$11.122 a título de dividendos a pagar para conta de reservas de lucros retidos.

Em 2019, a Controladora destinou os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$7.401, sendo R\$5.921 aos acionistas majoritários e R\$1.480 para os minoritários (Em 2018, R\$7.943, sendo R\$4.766 aos acionistas majoritários e R\$3.177 para os minoritários).

Em 17 de abril de 2020, a Controladora aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$11.610, sendo R\$7.401 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$4.209 como dividendos adicionais (R\$1,03 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais não foram pagos.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo dividendos a pagar 2018	11.122	19.805
Dividendos propostos referente a 2018	-	7.748
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019	7.401	13.879
Juros sobre capital próprio	-	2.802
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(420)
Dividendos pagos	<u>(11.122)</u>	<u>(32.771)</u>
Saldo dividendos a pagar 2019	7.401	11.042
Dividendos propostos referente a 2019	4.209	13.578
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	8.134	10.295
Juros sobre capital próprio	-	2.340
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(348)
Dividendos pagos	<u>(11.610)</u>	<u>(22.689)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2020	<u>8.134</u>	<u>14.218</u>

Lucro por ações

O lucro básico e diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	34.246	31.161
Quantidade de ação por lote de mil	11.259	11.259
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>3,042</u>	<u>2,768</u>

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido em 31 de dezembro	34.246	31.161
Reserva legal	<u>(1.712)</u>	<u>(1.558)</u>
Base para dividendos	32.534	29.603
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>8.134</u>	<u>7.401</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.192	31.677	56.221	56.474
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(12.305)	(10.770)	(19.115)	(19.201)
Diferenças permanentes				
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	6.375	7.745
Equivalência patrimonial	10.707	11.437	-	-
Adições e exclusões	<u>(348)</u>	<u>(1.183)</u>	<u>9.189</u>	<u>7.054</u>
Impostos correntes sobre lucro real	(1.946)	(516)	(3.551)	(4.402)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(1.889)	(2.009)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.946)</u>	<u>(516)</u>	<u>(5.440)</u>	<u>(6.411)</u>

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de venda de energia	147.058	148.210
Deduções de venda		
PIS	(2.324)	(2.168)
COFINS	(10.708)	(9.994)
ICMS	(39.424)	(37.141)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	<u>(1.061)</u>	<u>(997)</u>
Total	<u>93.541</u>	<u>97.910</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos e despesas com pessoal e administradores	(528)	(525)	(5.659)	(5.542)
Depreciação e amortização	(196)	(196)	(12.041)	(11.761)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(916)	(1.119)
Custos com manutenção e operação	-	-	(47.974)	(28.734)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(47)	(50)
Custos e despesas com seguros	-	-	(1.429)	(1.188)
Despesas com viagens e comunicações	(5)	(7)	(265)	(677)
Serviços de terceiros	(22)	(2)	(968)	(1.409)
Assessoria e consultoria	(102)	(98)	(2.388)	(2.637)
Tributos	(97)	(73)	(280)	(680)
Resultado de equivalência patrimonial	31.490	33.638	-	-
Outras despesas (receitas)	(34)	(82)	6.256	496
Total	30.506	32.655	(65.711)	(53.301)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(59.999)	(41.972)
Resultado de equivalência patrimonial	31.490	33.638	-	-
Despesas gerais e administrativas	(984)	(983)	(9.841)	(9.905)
Honorários dos Administradores	-	-	(1.571)	(1.648)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	5.700	224
Total	30.506	32.655	(65.711)	(53.301)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações financeiras	24	16	580	1.533
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	6.619	2.544	6.619	2.544
PIS e COFINS sobre receita financeira	(634)	(510)	(679)	(619)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (a)	-	-	18.654	21.153
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	-	-	12.149	3.653
Outras receitas financeiras, líquidas	10	42	940	2.120
Subtotal	6.019	2.092	38.263	30.384
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(7.355)	(13.434)
Amortização de custo de captação	-	-	(430)	(1.143)
Juros sobre contrato de mútuo	(297)	(3.069)	(297)	(3.069)
Outras despesas financeiras, líquidas	(36)	(1)	(870)	(721)
Subtotal	(333)	(3.070)	(8.952)	(18.367)
Variações cambiais líquidas	-	-	(920)	(152)
Total	5.686	(978)	28.391	11.865

(a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.

(b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas Controladas diretas e indiretas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	TEP	AGL	ARE	CEM
Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	-	105.935	94.118	260.000
Lucros cessantes	-	29.131	21.759	40.000
Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)	15.000	15.000	15.000	20.500

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração da Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e Amazonas GT, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco.

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e de suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e de suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 (sessenta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a estes tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundas das flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) - o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a Amazonas GT. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de energia - as controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isto implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar este risco, as controladas aderiram ao MRE - Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

Quanto à escassez de combustível - A controlada CEM gera energia por meio de UTE; numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria redução de receita e aplicação de multas por parte da Amazonas GT. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, classificados como custo amortizado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

		Controladora						
Passivos financeiros	Mensuração contábil	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
		Fornecedores	Custo amortizado	2	-	-	-	-
Dividendos à pagar	Custo amortizado	8.134	-	-	-	-	-	8.134
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	118	-	-	-	-	-	118
Obrigações tributárias	Custo amortizado	605	-	-	-	-	-	605
Total		8.859	-	-	-	-	-	8.859

		Consolidado						
Passivos financeiros	Mensuração contábil	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
		Fornecedores	Custo amortizado	11.906	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	40.469	78.103	65.086	-	-	-	183.658
Dividendos à pagar	Custo amortizado	14.218	-	-	-	-	-	14.218
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	1.111	-	-	-	-	-	1.111
Obrigações tributárias	Custo amortizado	7.311	-	-	-	-	-	7.311
Outras contas a pagar	Custo amortizado	564	-	1.500	-	-	-	2.064
Total		75.579	78.103	66.586	-	-	55	220.323

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando a receita bruta, saldos de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2020. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

		Controladora		
		Saldo		
Modalidade	Risco	Provável	Possível	Remoto
		I	II	III
			25%	50%
Ativo				
Partes relacionadas	Baixa do CDI	33.626	33.449	33.272
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	1.090	1.084	1.078
			(183)	(366)
* Fonte: Banco Santander				

		Consolidado		
		Saldo		
Modalidade	Risco	Provável	Possível	Remoto
		I	II	III
			25%	50%
Ativo				
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	5.876	5.487	5.814
Depósitos bancários vinculados	Baixa do CDI	6.164	6.131	6.099
Partes relacionadas	Baixa do CDI	33.626	33.449	33.272
			(599)	(481)
Passivo				
Empréstimos	Aumento TJLP	(167.540)	(168.422)	(169.303)
Empréstimos	Alta CDI	(20.388)	(20.495)	(20.604)
			(989)	(1.979)
Resultado				
Receita	Baixa do IGP-M	181.028	172.536	164.044
			(8.492)	(16.984)
* Fonte: Banco Santander				

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.167 (Água Limpa) R\$1.734 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$344 (Água Limpa) e R\$276 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.462 (Água Limpa) e R\$1.175 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2020.
- Assessoria e gestão no valor de R\$361 (Água Limpa) e R\$283 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada CEM possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$21.290, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$215, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$17.805, com vigência até 1º de maio de 2026.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.484, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$608, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$1.178, com vigência indeterminada.

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2020 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.459 (Água Limpa), R\$1.862 (Areia) e R\$15.399 (CEM).

Exercício de 2019 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.566 (Água Limpa), R\$1.861 (Areia) e R\$12.109 (CEM).

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Intenção da Petrobras de venda a participação em ativos

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”) está conduzindo um processo competitivo (“Processo”) de venda de sua participação em um portfólio de ativos de geração envolvendo a TEP Termoelétrica Potiguar S.A. e a Companhia Energética Manauara. A Petrobras é acionista com 40% das ações da Companhia Energética Manauara, além de ser detentora de 20% das ações da TEP, também acionista da Manauara. O processo está em tramitação por meio de acordo de confidencialidade entre os participantes.